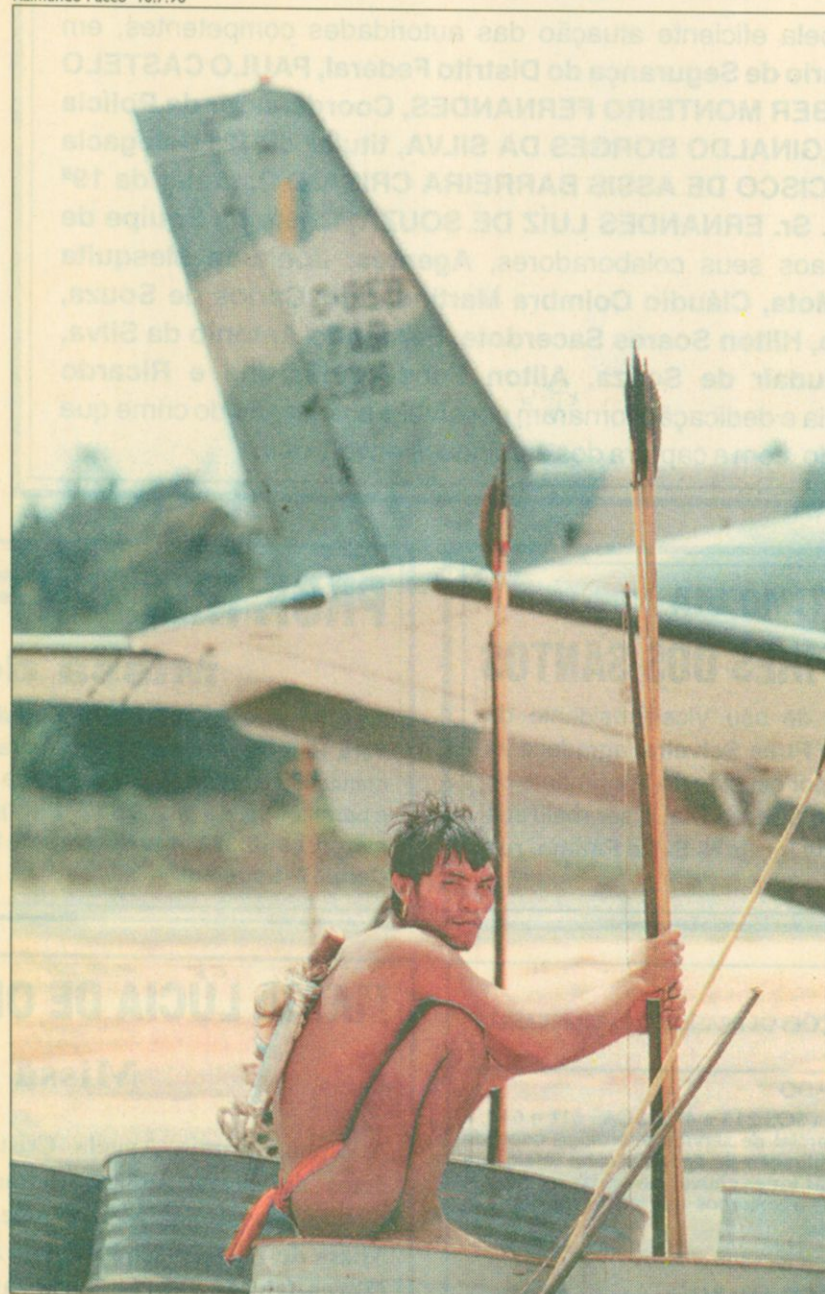


ÍNDIOS

Funai quer faturar com as reservas

Raimundo Paccó 10.7.96



Ianomami: pela proposta da Funai, até o uso da imagem indígena seria taxado

Solano Nascimento
Da equipe do **Correio**

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Lacerda, quer que o órgão receba pela venda de imagem de indígenas e depois use o dinheiro para beneficiar as reservas. Já no discurso de posse ele defendeu o mesmo tipo de intermediação para exploração de minerais e madeira nas terras dos índios. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) discorda e insiste que as comunidades devem receber diretamente o dinheiro.

Advogado e ex-senador pelo PMDB de Mato Grosso, Lacerda tomou posse em substituição a Sullivan Silvestre, que morreu no mês passado vítima de um acidente de avião. Sua idéia não é nova. O artigo 231 da Constituição de 1988 admite o "aproveitamento" de recursos hídricos, energéticos e da riqueza mineral de terras indígenas, desde que com autorização do Congresso Nacional e com a participação dos índios.

Desde 1993 tramita no Congresso um projeto de lei que cria o Estatuto dos Povos Indígenas. Trata-se de um conjunto de propostas dos índios, da Funai e de organizações não-governamentais como o Cimi, que é ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

MINÉRIOS

Além do estatuto, está sendo estudado em comissões da Câmara dos Deputados projeto do senador Romero Jucá (PFL-RR) que também regulamenta a exploração de minérios em reservas. O potencial de lucro é grande, já que as áreas indígenas no país equivalem juntas a um

território do tamanho da França.

Lacerda acha que "os índios são detentores de um patrimônio econômico representado pela biodiversidade e pelos recursos naturais, renováveis ou não". E acrescenta: "A guarda desse patrimônio está hoje representando para as sociedades indígenas apenas ônus".

O presidente da Funai diz que para os índios já se tornou praticamente "insustentável" viver sem seus próprios recursos e que a situação de miserabilidade de muitas reservas está ligada à proibição de exploração dos recursos. Por isso, defende a aprovação dessa lei no Congresso.

Além dos minerais e da madeira, Lacerda quer cobrar taxa para a realização de documentários, ensaios fotográficos e outras iniciativas que utilizem a imagem dos índios. "Não parece justo que esse patrimônio seja usado em benefício de terceiros sem uma retribuição", diz o ex-senador.

Lacerda acredita que os índios não estão preparados para fazer negócios, para lidar com cotações de dólar e com bolsa de valores. "Soltar uma sociedade (indígena) na selva do mercado seria uma declaração de genocídio", afirma.

É pensando desta forma que ele defende: o dinheiro obtido com a exploração da imagem dos índios e

dos recursos naturais deve ser recebido pela Funai e depois usado nas reservas. "É por isso que o Estado assume a guarda e a defesa dos indígenas", diz Lacerda.

Roberto Lirbgott, secretário do Cimi, discorda: "Todo o recurso precisa ser revertido direto para as comunidades indígenas, não pode ir para a Funai e depois voltar aos índios". Em sua avaliação, muitas comunidades têm condições de negociar diretamente com as empresas interessadas. "Isso vai depender do grau de contato de cada comunidade", observou.

"A Funai deve fazer uma intermediação na negociação para as comunidades que não têm prática de negócios suficiente para concluir os acertos", diz Liebgott.

"Mas os recursos precisam ser repassados diretamente aos índios", insiste. O projeto do senador Romero Jucá prevê o repasse aos índios de 2% do faturamento; a proposta do estatuto, 5%; o Cimi quer 10%.

A Funai e o Cimi já se reuniram para promover uma série de encontros com especialistas, entidades e interessados nos problemas indígenas.

Durante o processo de discussão, o Cimi pretende convencer o governo a mobilizar sua base parlamentar no Congresso para debater o projeto do estatuto.

RIQUEZAS

Os índios ficariam com

2%

do faturamento pela proposta do estatuto ou

10%

segundo as exigências do Cimi